

(*) **Mariana Chies Santiago Santos** é Mestre em Ciências Criminais/PUCRS e Doutoranda em Sociologia/UFRGS. Advogada voluntária no Serviço de Assessoria Jurídica da UFRGS. @ - chiesmariana@gmail.com **Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo** é Doutor em Sociologia pela UFRGS. Professor adjunto da PUCRS, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS. @ - rodrigo.azevedo@pucrs.br

Políticas de Segurança Pública e Juventude:

o caso do Rio Grande do Sul

Public Security Policies and Youth: the case of Rio Grande do Sul

Mariana Chies Santiago Santos*
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo*

RESUMO: O presente artigo é, em parte, fruto de uma dissertação de mestrado¹ defendido no Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais da PUCRS em fevereiro do ano de 2013 e divide-se em dois eixos principais. O primeiro deles pretende dar conta da apresentação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), contextualizando as políticas a partir dele implementadas, em dois municípios gaúchos. Nesse sentido, apresenta-se o projeto e as percepções dos jovens em dois territórios de paz no Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, pretendemos apresentar um novo programa estadual que está sendo proposto no estado - RS na PAZ - para dar conta dos cortes financeiros realizados pelo Governo Federal em relação ao PRONASCI, questionando a descontinuidade das ações na área de segurança pública em nosso país.

Palavras-chave:
Segurança Pública;
Políticas Públicas;
Juventude;
PRONASCI; RS na
PAZ;

O PRONASCI e suas inovações

A construção de uma política de segurança pública municipalizada, de acordo com o preconizado no PRONASCI, vem como uma resposta, *a priori* coerente, à demanda social pelo controle do crime e da violência de maneira mais eficaz. Como se sabe, a segurança pública está em segundo lugar na preocupação dos brasileiros², o que coloca as políticas de segurança pública no centro do debate político, especialmente em períodos eleitorais.

1 CHIES-SANTOS, Mariana. Segurança Pública para que(m)? Uma análise da implementação do PRONASCI em duas cidades gaúchas. PPGCCRIM/PUCRS: Porto Alegre, 2013.

Com o aumento da população e da criminalidade violenta, desde o final dos anos 1970, as políticas de segurança passaram a orientar-se no sentido de conter a violência a qualquer custo (AZEVEDO, 2006, p. 39), tendo em vista a pressão da opinião pública que era e ainda é reforçada pelas principais redes de comunicação.

Rompendo com uma concepção meramente repressiva, e buscando novas formas de prevenção mais eficazes do que a pura e simples ameaça da punição, as formas de municipalizar a segurança pública estão sendo testadas pelo Governo Federal com a implementação de programas que visam combinar a opinião dos agentes públicos com as opiniões das pessoas realmente afetadas pela difusão da violência. Nesse sentido, os programas que estão sendo implementados buscam deixar de lado somente aquele estilo ultrapassado (porém muito utilizado) de “lei e ordem”.

O PRONASCI³ foi desenvolvido pelo Ministério da Justiça e tem como principal inovação a concepção de que o controle do crime somente pode ser alcançado através da prevenção social, com a participação comunitária e a integração dos órgãos responsáveis pela segurança pública. Isso quer dizer que, articulando políticas sociais com políticas de segurança, o projeto tinha como prioridade a prevenção e a participação da sociedade civil no combate à criminalidade.

Dentre os principais objetivos do PRONASCI, importante também destacar a valorização do trabalho dos profissionais atuantes na área da segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário e o combate à corrupção policial. Além disso, os programas que faziam parte do PRONASCI ensaiavam a execução de suas metas com base na aproximação das opiniões e vontades da sociedade civil e das instituições públicas, visando, com isso, a uma maior participação comunitária para desenvolver um novo conceito de segurança pública, em democracia. De acordo com os documentos oficiais, o governo federal investiu mais de 6 bilhões de reais até o final do ano de 2012 no Programa.

O número de homicídios cometidos contra jovens (15 a 24 anos) no Brasil é extremamente elevado (IGLESIAS, 2011). Um dos objetivos do PRONASCI era diminuir essa taxa. Para tanto, um dos seus públicos-alvo foram os jovens que se encontram ou já estiveram em situação de conflito com a lei. Presos ou egressos do sistema penal, mulheres, profissionais de segurança pública, também faziam parte do rol de atingidos por este programa.

De acordo com a concepção expressa pelo PRONASCI, a execução dos diferentes programas se daria por meio da articulação entre os representantes

2 Ver, a esse respeito, íntegra da pesquisa em: <http://www.cni.org.br/portal/data/files/FF8080813313424801331C6A-C7405A25/Pesquisa%20CNI-IBO-PE%20Retratos%20da%20Sociedade%20Brasileira%20Seguran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20Out%202011.pdf>, acesso em jul 2013.

3 Ver mais, a esse respeito: <http://portal.mj.gov.br>.

da sociedade civil e as diferentes instituições de segurança – polícias civil e militar, corpo de bombeiros, guarda municipal, secretaria de segurança pública – através da criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM).

De acordo com o documento que sintetiza a proposta do PRONASCI, seriam celebrados convênios, contratos, acordos e consórcios com estados, municípios, ONGs e organismos internacionais para que as ações do programa fossem efetivadas. Além disso, a ideia era que se fizessem parcerias para agir em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas regiões onde fossem necessárias obras de urbanização.

Os projetos de destaque incluídos no PRONASCI são os seguintes, de acordo com o *site* oficial do Ministério da Justiça:

(i) Bolsa-Formação – Os profissionais de segurança pública receberão novos estímulos para estudar e atuar junto às comunidades. Policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda terão acesso a uma bolsa de até R\$ 400. Para ter direito ao benefício, o policial terá que participar e ser aprovado em cursos de capacitação promovidos, credenciados ou reconhecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.

(ii) Formação Policial - A qualificação das polícias inclui práticas de segurança-cidadã, como a utilização de tecnologias não letais; técnicas de investigação; sistema de comando de incidentes; perícia balística; DNA forense; medicina legal; direitos humanos, entre outros. Os cursos serão oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que envolve hoje 66 universidades brasileiras, entre públicas e particulares, e ainda telecentros para educação a distância. A meta é chegar a 80 instituições parceiras em todo o País, em 2008.

(iii) Mulheres da Paz - Capacitação de mulheres de comunidades onde o Território da Paz foi implantado, em diversos temas, como ética, direitos humanos, sexualidade, cidadania, com a ideia de que elas fossem multiplicadoras do PRONASCI.

(iv) Protejo - Jovens bolsistas em território de descoesão social agirão como multiplicadores da filosofia passada a eles pelas Mulheres da Paz e pelas equipes multidisciplinares, a fim de atingir outros rapazes, moças e suas famílias, contribuindo para o resgate da cidadania nas comunidades.

(v) Sistema Prisional - A criação de mais de 40 mil vagas no sistema penitenciário do país atenderá a públicos específicos. Os jovens entre 18 e 24 anos terão unidades prisionais diferenciadas. O objetivo do governo federal é separá-los por faixa etária e natureza do delito e impedir aqueles que cometeram pequenas infrações de se contaminarem pela influência dos líderes do crime organizado. Além disso, as mulheres apenadas também terão assistência, como berçário e enfermaria. A reestruturação do sistema prisional envolve ações que visam a [sic] qualificação de agentes penitenciários e a [sic] formação profissional de presos.

(vi) Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública - A categoria também poderá contar com o Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública, com o apoio da Caixa Econômica Federal. Serão disponibilizadas unidades populares para servidores de baixa renda, que recebam até quatro salários mínimos e a [sic] cartas de crédito para a compra da casa própria, no valor de até R\$ 50 mil, para aqueles que recebam até R\$ 4,9 mil.

Pelas informações do Ministério da Justiça, o PRONASCI foi implementado em 150 municípios em todos os estados do País. No caso do Rio Grande do Sul, o projeto está sendo/foi implementado nos municípios de Porto Alegre, Alvorada, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Novo Hamburgo, Gravataí, Guaíba, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Vacaria e Viamão. E no presente artigo, são analisados dois territórios de paz, um no município de Canoas (região metropolitana) e outro no município de Porto Alegre.

É nesse Programa que surge, pela primeira vez, o conceito de *segurança cidadã* como parte integrante da segurança pública brasileira, já que o Programa reconhece que o fenômeno da violência é multifatorial e que envolve diversas dimensões, não podendo ser visto apenas como parte do sistema penal.

Nesse cenário enxerga-se o início de uma mudança de paradigma, já que “[...] na perspectiva de Segurança Cidadã, o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como os fatores que ameaçam o gozo pleno de sua cidadania” (FREIRE, 2009, p. 53). O conceito de segurança cidadã surge, importante esclarecer, a partir do final do século XX “e tem como princípio a implementação integrada de políticas setoriais no nível local” (FREIRE, 2009, p. 53).

Acreditamos na importância de trazer ao debate esse conceito de segurança cidadã, já que diversos autores tecem elogios pelo Programa se desenvolver

a partir de uma perspectiva de segurança cidadã. Note-se que tais elogios não se referem necessariamente às ações práticas advindas do PRONASCI, mas ao referencial teórico adotado pelo programa. Assim:

Em sua estrutura, o Pronasci apresenta-se como uma política de segurança pública, baseada em princípios democráticos, interdisciplinares e humanitários, tendo em vista a participação da sociedade na construção de uma cultura de paz, a médio e a longo prazo. Adota um conjunto de medidas que objetivam a imediata diminuição da violência e da criminalidade, por meio da implementação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em áreas urbanas consideradas de elevados índices de criminalidade e violência. Deve-se ressaltar que a ocupação dessas áreas pela polícia e a instalação das UPPs indica o reconhecimento, por parte do Estado, da necessidade de reorientação estratégica das ações de controle e manutenção da ordem pública. Isso contribui para diminuir os índices de criminalidade, porém, de forma territorialmente limitada. Na verdade, as UPPs significam a possibilidade de retomada de controle territorial de forma autoritária, porém não necessariamente truculenta. Além disso, podem servir de instrumento tanto ao confinamento da pobreza, quanto ao exercício de direitos básicos de cidadania (CARVALHO; FÁTIMA E SILVA, 2011, p. 65).

Desde a criação do PRONASCI, a segurança pública passou a ser discutida em vários segmentos da sociedade. Em 2009 ocorreu, promovida pelo Governo Federal, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), que acabou por representar a possibilidade de implementação de uma pauta reelaborada em todos os aspectos ligados à segurança pública (CARVALHO, FÁTIMA E SILVA, 2011, p. 65).

Com a ampliação do debate e a participação da sociedade civil, desenhou-se uma política interdisciplinar (CARVALHO, FÁTIMA E SILVA, 2011, p. 65) que acabou sendo sistematizada da seguinte maneira:

- (i) Gestão democrática: controle social e externo, integração e federalismo;
- (ii) Financiamento e gestão da política de segurança;

- (iii) Valorização profissional e otimização das condições de trabalho;
- (iv) Repressão qualificada da criminalidade;
- (v) Prevenção social dos crimes e das violências e construção da cultura de paz;
- (vi) Diretrizes para o sistema penitenciário e diretrizes para o sistema de prevenção, atendimentos emergenciais e acidentes.

Igualmente, acreditamos ser importante destacar a participação da academia no debate da segurança pública:

Nesta última década, a questão da segurança pública tem envolvido uma participação maior de estudiosos, como é o caso da criação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no ano de 2006, composto por vários especialistas com o objetivo de difundir conhecimentos na área da segurança pública. Além disso, o processo de implementação das ações do Pronasci e a ampliação das discussões decorrentes da 1ª Conseg resultaram na reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp). São indicadores da ampliação dos espaços de discussão para possibilitar avanços significativos na constituição da política de segurança pública no Brasil contemporâneo, apesar dos limites estruturais (CARVALHO, FÁTIMA E SILVA, 2011, p. 66).

Já é possível identificar locais em que houve uma importante queda no número de homicídios em determinadas comunidades. É o caso de Canoas, onde têm chamado à atenção as políticas desenvolvidas no *Território da Paz* do Bairro Guajuviras, assim como as demais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania, em articulação com o PRONASCI.

A Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania do município de Canoas atua em parceria com Secretarias Municipais dos demais municípios da região metropolitana de Porto Alegre e conta, para a implementação de suas políticas, além da Guarda Municipal, com o Observatório de Segurança Pública de Canoas, que em parceria com o Grupo de Pesquisa em Violência e Cidadania da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(GPVC-UFRGS), tem como objetivo levantar, organizar, produzir e analisar dados relativos à natureza, à incidência e à distribuição espacial das violências e dos crimes perpetrados na cidade.

Diversos projetos vêm sendo implementados desde o primeiro semestre do ano de 2010 no município e, sobretudo, na comunidade do *Guajuviras*, quais sejam: Canoas Mais Segura; Território da Paz do Guajuviras e Guarda Comunitária, entre outros.

O Projeto Canoas mais segura tem como objetivo principal modernizar os aparatos tecnológicos de prevenção ao crime. Em 2010, por exemplo, o bairro do Guajuviras ganhou um Sistema de Detecção de Disparos de Armas de Fogo que tem tecnologia para descobrir rapidamente onde os disparos aconteceram. A finalidade do sistema implantado é diminuir o número de mortes no bairro que, em sua grande maioria, acontece pelo disparo de armas de fogo.

O Território da Paz, implementado no bairro Guajuviras, é o centro de todas as ações ligadas ao PRONASCI, onde foram e estão sendo executados os primeiros programas de repressão qualificada e prevenção ao crime no município de Canoas. Diversos programas estão sendo realizados hoje no bairro, dentre eles, o Justiça Comunitária, que formou até o momento 21 mediadores, os quais já prestaram, ao todo, 507 atendimentos. O programa Geração Consciente (em parceria com o PROCON/Canoas) já formou 48 educadores populares em Direito do Consumidor, que vêm atuando junto às escolas. O Protejo, por sua vez, capacitou 223 jovens em direitos humanos, arte e cultura e inclusão digital e, por fim, o Mulheres da Paz, que conta com a atuação de 107 mulheres formadas que prestaram 151 atendimentos na área jurídica, de serviço social e atendimentos psicológicos⁴.

Com mais de 94 projetos ligados ao PRONASCI, a comunidade do Guajuviras sempre foi conhecida por suas altas taxas de violência. Desde a implementação do Território da Paz, em meados de 2009, o Bairro vem conhecendo uma nova maneira de enfrentar o crime. De acordo com um estudo realizado pelo Observatório de Segurança Pública de Canoas, foi constatado que entre os meses de janeiro e novembro do ano de 2010 houve uma queda de aproximadamente 38% dos homicídios em relação ao ano de 2009. Em relação ao período de janeiro a setembro de 2011, houve uma queda de 20% dos homicídios na região do território da paz.

Por fim, o projeto piloto da Guarda Cidadã está buscando, em um primeiro momento, redefinir o perfil de atuação da Guarda Municipal de Canoas, para que volte seu foco no sentido da preservação dos direitos dos cidadãos,

4 Dados fornecidos pelo Observatório de Segurança Pública de Canoas/RS em 2011.

ligando efetivamente estes agentes públicos à comunidade. Além disso, foi inaugurado no final de 2012 outro território de paz em Canoas, qual seja, o do bairro Mathias Velho⁵.

O que fica claro até o momento, embora não implementadas em muitos lugares do País, é que essas políticas já representam passos importantes para o enfrentamento da violência e da criminalidade. É possível também ver esses avanços na pesquisa “As políticas públicas no âmbito municipal: uma análise comparada das cidades de Canoas/RS e Jaboatão dos Guararapes/PE” publicada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (AZEVEDO, 2012).

Em relação ao município de Porto Alegre, os territórios de paz foram implementados em quatro regiões da Cidade, quais sejam: Bom Jesus, Lomba do Pinheiro, Cruzeiro e Restinga. Todos os bairros são conhecidos pelos altos índices de criminalidade. Diferente do município anteriormente citado, a capital do Rio Grande do Sul não obteve muito sucesso na implementação dos projetos vindos do governo federal. A falta de continuidade e o não enfrentamento da burocracia, de maneira efetiva, fizeram com que a população do bairro visse tais projetos como “mais do mesmo”. A falta de comprometimento do poder público no município de Porto Alegre foi expressiva e os projetos, além de demorarem dois anos para serem implementados, foram finalizados com apenas um ano de experiência (CHIES-SANTOS, 2013, p. 125).

A vulnerabilidade juvenil: perspectivas (ou não) a partir do PROTEJO

O PROTEJO, como já dito anteriormente, teve por finalidade conceder aos jovens habitantes de zonas de descoesão social uma bolsa para que eles agissem como multiplicadores de uma cultura de paz na comunidade. Abaixo apresentamos relatos de jovens beneficiários do Programa. Os nomes são fictícios.

Amanda tem 17 anos e mora na Bom Jesus desde que nasceu. Tem um namorado. A família dela já morava na comunidade antes dela nascer. Nunca foi assaltada e já viu policial bater em muitos amigos. Não quer essa paz que tentam implementar na vila. Morou dois anos fora da Bom Jesus, em Alvorada, mas quis voltar. Quer que fechem o valão perto da sede do PROTEJO.

Jussara mora desde que nasceu na Bom Jesus, há 15 anos, e está na 6ª série do Ensino Fundamental. A família sempre morou na Bom Jesus. Um

⁵ Ver, a esse respeito: <http://www.canoas.rs.gov.br/site/noticia/visualizar/id/3875>

de seus irmãos já foi assaltado voltando do trabalho e acabou chegando em casa sem seus tênis. Acha que a Bom Jesus é um território do inferno. Tem 4 irmãos. Mora com o pai e a mãe. Já se envolveu com “maus elementos” e o mais perto que chegou do mundo do crime, de acordo com ela, foi fumar um cigarro (de nicotina mesmo).

Vânia tem 15 anos e mora, também, desde que nasceu na Bom Jesus. Sua família, igualmente, sempre morou lá. Não foi vítima de nenhum crime. Gosta de ver novela. Estuda à tarde e participa de projetos sociais pela manhã. Adora Carrossel e detesta ficar em casa sem fazer nada.

Edson tem 15 anos, 9 irmãos e mora com seus pais. Não se sente um cidadão. Já teve a carteira de identidade rasgada algumas vezes por policiais militares nas redondezas da Bom Jesus. Já foi vítima de assalto e de ameaça na vila. Dança Funk. Criou um grupo de *Funk* para os adolescentes que são seus amigos no bairro e criou um bonde de *Funk* para as adolescentes que participam do PROTEJO. Acha que a polícia não acalma ninguém. Não serve para nada.

Franklin tem 16 anos, viveu e cresceu na Bom Jesus, mas hoje saiu da comunidade e está morando em Novo Hamburgo. Já foi vítima de assalto na vila. Mudou-se de cidade porque muita gente da família já morreu na Bom Jesus. Não se sente cidadão. Relata que sente preconceito, “já que tu é da vila, tu não presta”, diz ele.

Cláudio tem 18 anos, mora há aproximadamente um ano na Bom Jesus e já foi vítima de roubo. Já tomou muitos tiros, mas acredita que o seu *anjo da guarda* é forte e que por isso nenhum nunca o feriu para valer. Já tirou da mão de amigo uma pistola e fez com que ele entrasse em projetos sociais. Não se sente um cidadão. Cinco irmãos já morreram por causa do tráfico de drogas, relata. Parou de estudar e se sente estigmatizado por morar na Bom Jesus.

Daniela tem 21 anos, mora há 20 anos no Guajuviras, em uma zona bem central, com seu avô e sua avó. Já acabou o Ensino Médio. Quer fazer o ENEM. Já perdeu amigos por causa do tráfico de drogas. Nunca foi vítima de nenhum crime no bairro. Acha que educação integral é o que tem de melhor para não deixar as crianças na rua. Quer fazer faculdade na UFRGS. Está em dúvida entre Serviço Social, Psicologia ou Pedagogia. Gosta de ir aos pagodes do centro da capital gaúcha.

Matheus é cearense. Tem 17 anos, mora com a irmã, o pai e a madrasta. Voltou para o Ceará depois de morar dois anos no bairro, porque achava o Guajuviras muito violento. Resolveu voltar porque sentiu falta da família, o

pai, o irmão e a madrasta ficaram em Canoas. Quer ser instrutor de B-BOY. É grafiteiro. Detesta teatro. Participa do grupo de jovens cristãos. Gosta de estudar Direitos Humanos.

Armando tem 24 anos. Mora com o irmão mais velho. São em 5 irmãos. Os pais, no momento, estão morando em Imbé/RS. Eles são casados há 30 anos. Perdeu muitos amigos em função do tráfico de drogas. Gosta muito de *Funk* e dá aula de dança na Casa da Juventude no Guajuviras. Já foi assaltado em frente a sua casa. Já viu um tio se suicidar. Já perdeu um tio que foi executado na Penitenciária Modulada de Osório (RS). Diz que a sua avó já enterrou três filhos. Fez EJA. Não tem certeza, ainda, se vai ou não frequentar alguma faculdade. Adora Sociologia e Filosofia, mas mais como *hobby*. Diz que a história da comunidade é uma história de guerra, de luta. Policial não é psicólogo, por isso, para ele, não tem que ficar dando conselho. Policial não tem direito de chamar ninguém de “vagabundo”, “meliante” ou “maloqueiro”, diz ele. Afirma que a mente das pessoas deve ser igual a um paraquedas, funcionar só se estiver aberta.

Uma das partes da pesquisa de campo foi questionar os adolescentes sobre a sensação de se sentirem sujeitos (ou não) das políticas públicas que estavam sendo aplicadas em seus territórios e, dessa forma, intervindo em seus cotidianos. Acreditamos, assim, que a partir da noção de Michel Foucault, em seus cursos do Collège de France, intitulados de Segurança, Território e População (2011), podemos ter uma noção dessa divisão entre sujeitos e objetos de políticas públicas.

A governamentalidade, segundo o autor, pode ser considerada como “as táticas de governo que a cada instante permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado” (2011, p. 458). Esse Estado, de acordo com o autor, é Estado de governo “que tem essencialmente por objeto a população e que se refere [a] e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança”.

As cidades são espaços de segurança, segundo o autor refere no curso de 11 de janeiro de 1978. Já “dispositivo” deve ser lido como regulação, conforme ele descreve em obras posteriores como a História da Sexualidade e o Nascimento da Biopolítica.

Com isso, essa *regulação da vida cotidiana* foi percebida através das narrativas de alguns participantes, principalmente aos beneficiários do PROTEJO na Bom Jesus, em Porto Alegre, que responderam às indagações sobre a regulação da vida cotidiana com uma tristeza pela falta de organização do Projeto na região

Amanda menciona que quando começou a fazer o curso imaginou que iria “aprender alguma coisa”, mas no final das contas viu que foi bem diferente:

Tu vem na hora que tu quer. Tem professor que não impõe limite nos alunos. Aqui é de manhã e de tarde. E aí o que é de de tarde vem de manhã. Começa a dar briga com o pessoal que vem de manhã, de tarde com os de de manhã [...] por isso que dá transtorno. Mas só dizem que eles dão limites, mas eles não dão. Então isso é ruim.

Jussara faz críticas no mesmo sentido:

aqui fazem o que querem, chegam a hora que querem e falam com os professores como se fossem uma mãe, um pai, qualquer pessoa, e o professores também, não impõem limites.

Em Canoas, os jovens do PROTEJO se diferenciaram muito daqueles de Porto Alegre. Houve algumas reclamações em relação à aplicação e implementação dos projetos, mas eles não se sentiram objetificados, ou, ao menos, não deixaram isso transparecer nas entrevistas.

O que fica claro na narrativa dos interlocutores e que nos permite uma comparação entre os dois projetos nas duas cidades, é que a seriedade com que os programas foram implementados reflete a forma com que os participantes perceberam a implementação/intervenção nos seus cotidianos e nos seus territórios.

Para os adolescentes da Capital, não ficou muito clara, acreditamos, a finalidade do Programa, como visto na fala de Amanda, o que claramente reflete a seriedade com que ele foi implementado.

Em relação à territorialização dos espaços (suas comunidades), os adolescentes de Porto Alegre tiveram todos, mais ou menos, as mesmas respostas. Amanda confessa que fica pasma quando lhe falaram que ela morava em um território de paz. Para ela, a Bom Jesus é mais “um território do inferno”.

Matheus, por exemplo, relata que a pior parte do Guajuviras, a CONTEL, melhorou muito. Hoje, ele caminha tranquilamente de madrugada, quando volta de festas. Daniela, no mesmo sentido, acredita que foi a junção de muitas coisas que mudou o bairro, talvez se só tivesse vindo a polícia ela ia se sentir no Rio de Janeiro.

Veio tudo. Porque antes a iluminação era uma porcaria, daí a gente ligava. Dava às vezes um mês para eles falarem que a luz tava queimada do nosso poste, não sei o quê. E tinha uma lá que estava sempre queimando. Agora não tem, e tu vê uma lâmpada queimando, eles estão sempre trocando. Eles vivem fazendo vistoria. Todo dia que eu passo, eles estão fazendo vistoria, de noite, olhando os postes.

A diferença entre o município de Canoas e o de Porto Alegre, que a municipalização da Segurança Pública na primeira cidade foi, de fato, levada a sério, na visão dos participantes. Não é uma questão de simpatia por um ou outro partido. Tanto a prefeitura de Porto Alegre quanto a de Canoas tem como prefeitos, pessoas da base aliada do Governo Federal. Nesse sentido, o interesse de Canoas, claramente maior do que o de Porto Alegre para a implementação dos projetos, fica claro na própria narrativa dos participantes.

Apesar da estranha territorialização, também em Canoas⁶ foi feito um trabalho em conjunto, com a participação de diversas secretarias, como bem exposto pelos participantes. O que mais impressiona nos relatos é a clareza na argumentação de que isso é tudo novo e de que tem que continuar por muito mais tempo, até se atingir um nível de vida digno para se viver com um mínimo de conforto, acabando, por exemplo, com esgotos a céu aberto ao lado das casas, como acontece na Bom Jesus, em Porto Alegre.

Em relação às mudanças, em Porto Alegre, a resposta foi a seguinte:

Está uma merda! Pra mim é uma merda [...] é, pra mim Amanda, eu comecei a fazer o curso, achando né, que eu ia poder ver coisas novas, só que daí eu vim para o curso e [...]”.

Interessante notarmos que, quando questionamos as meninas sobre a seleção dos adolescentes para a participação no Projeto, elas me contaram que não houve nenhum tipo de seleção. Elas apenas se inscreveram e começaram, um tempo depois, a participar. O sentimento de cidadania não mudou, com a participação no Projeto, para nenhuma das três; “ia ser mais efetivo um curso, porque tu ia ter um ... exemplo de luta.”

Os meninos tiveram a mesma impressão das meninas, ao menos em linhas gerais. Para Cláudio, por exemplo, o resultado do Projeto foi positivo para sua vida, apesar de acreditar que para outras pessoas tenha sido negativo. Nesse sentido, ele cita como exemplo o fato de ter ocorrido tráfico de drogas no local em que tinha aulas. Em relação ao bairro, porém, ele acredita que nada mudou:

⁶ Ver, a esse respeito: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7B0FE4DE4E-72AC-4C35-97BE-7A8275AF399D%7D&Team=¶ms=itemID=%7B649E9733-70BB-41B4-96BD-DA79F0E04DDC%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A2-6F70F4CB26%7D> acesso em dez. 2012.

Porque não muda, né professora? [...] Eu acho que eles estão me usando para ver qual é a do bairro [...] porque eles estão só preocupados no trabalho deles. Aí eles vem aqui, só olham.

Em Canoas, novamente as visões são contrárias às obtidas em Porto Alegre. Para Daniela, por exemplo, o PROTEJO abriu as portas para o mundo.

Acolhimento dos jovens, de saber melhor como os jovens pensam sobre a comunidade, o policiamento. Sobre as drogas. Eu acho que é isso aí.

Ela acredita, ainda, que a Prefeitura soube usar os recursos disponibilizados pelo Governo Federal e que isso fez a grande diferença para o Guajuviras em relação a outros territórios de paz. A estrutura do bairro mudou muito:

Estrutura totalmente assim, não existia área de pracinha, não existia. Até tinha, mas era tudo quebrado, arrumaram lá embaixo, arrumaram aqui. Eles ainda tão arrumando, estão em reforma [...] Bah, isso eu acho muito bom, sabe? [...] Vejo mudança. É positivo.

Para Matheus, a mudança é muito clara, ainda mais considerando o fato de que ele saiu do bairro e voltou no meio da construção dos projetos. Apesar de considerar uma “migalha” o que os adolescentes recebiam, ele conta que:

Depois da implementação do território da paz mudou muito [...] Aqui foi onde eu aprendi muito, todas essas questões assim: de política, de sociedade, de como lidar com elas, com ideias diferentes, perante a sociedade.

Mesmo achando que os gestores deveriam ter valorizado a cultura já existente no local, em relação aos grupos de *hip hop*, *grafitti* e de cultura popular, Armando enxergou muitas mudanças, principalmente em relação ao seu sentimento de cidadania.

A partir da narrativa dos moradores de Porto Alegre, percebemos pouca ou nenhuma mudança com a implementação dos projetos na comunidade. E como a ideia do trabalho foi de compreender a percepção dos moradores em relação a tais projetos, ficou claro, para responder ao problema da pesquisa, que os ditos “beneficiários” diretos não se beneficiaram da maneira esperada com a implementação dessa política.

Em Canoas, ao contrário, mesmo contando com quase o dobro de habitantes no território estudado, percebemos mudança significativa na vida das pessoas que participaram dos projetos. Assim, acreditamos que a eles o adjetivo “beneficiários” é passível de ser utilizado.

Novos programas e as velhas burocracias

Para suprir os cortes efetuados pelo Governo Federal, o governo do estado do Rio Grande do Sul criou e está colocando em execução dois novos programas para a área de segurança pública.

De acordo com o *site* do governo estadual, o programa RS NA PAZ⁷, é um Programa de segurança pública com cidadania que tem por objetivo substituir o sinônimo polícia para a área de segurança pública. Nesse sentido, o Programa é baseado em um conjunto de políticas públicas que, ao final, tem por objetivo principal a redução do número de homicídios. O foco principal do Programa é a juventude, principalmente aquela entre 12 e 24 anos de idade, em que se espera trabalhar com a prevenção do uso de drogas e envolvimento com o tráfico de entorpecentes. Dessa forma, os eixos estratégicos do Programa são apresentados da seguinte forma:

PREVENÇÃO – Evitar que o crime se instale é fundamental. Por isso, o RS na PAZ une o trabalho policial com atividades de inclusão social de acordo com critérios regionais, sociais e de idade, ressaltando-se a atenção aos jovens e à violência contra a mulher.

TRANSVERSALIDADE – O RS na PAZ dialoga com as demais Secretarias e órgãos do Governo do Estado e organismos federais que executam programas que, direta ou indiretamente, produzem efeitos na redução da violência. Também a interlocução com consórcios intermunicipais e com os conselhos estadual, comunitários e municipais de segurança pública garante a transversalidade política. A esse processo de integração chamamos de Gestão da Transversalidade. A indução de novas políticas nos municípios pressupõe o apoio às cidades na execução dos novos projetos preventivos, materializando-se na criação de Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs). Derivados de conceitos como força-tarefa, gabinetes de gestão de crise e missões especiais, os GGIs diferenciam-se por serem permanentes e pro-ativos. São órgãos de protagonismo estratégico da política.

GESTÃO - É sabido que sem gestão não há política pública, especialmente quando se trata de segurança pública. Conhecer

⁷ Ver mais, a esse respeito em: <http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=197> acesso em jun 2013

a realidade que se pretende transformar é fundamental. Assim, é imprescindível a adoção de ferramentas de gestão capazes de produzir dados confiáveis e diagnósticos precisos que possibilitem o planejamento estratégico e sistêmico dos programas, projetos e ações. As políticas públicas de segurança carecem de mecanismos de avaliação e monitoramento e demandam a existência de indicadores que permitam a avaliação de resultados.

É fundamental percebermos, de acordo com a descrição do Programa, a sua similitude com o PRONASCI. A ideia de implementação de uma segurança cidadã vem como premissa para reduzir os índices de criminalidade urbana. Ainda, tenta-se romper a dicotomia entre ação policial e ação social, uma vez que as duas ações são necessárias e dependentes. Ademais, também prevê parceria com outras secretarias do governo estadual.

Considerações Finais

O PRONASCI chegou como um programa inovador para o controle do crime e da violência, já que pretendeu contribuir para a municipalização da segurança pública de maneira efetiva. Para isso, foram implementados projetos que visaram a incorporar as opiniões dos moradores das comunidades mais afetadas pela difusão da violência no dia a dia. Com isso, a ultrapassada repressão por meio de políticas de *lei e ordem* vem sendo substituída por projetos que implementam a prevenção e o respeito aos direitos humanos. O PRONASCI articula, mesmo que timidamente, conforme os críticos do programa, políticas sociais e políticas de segurança pública.

Os cortes financeiros efetuados pelo Governo Federal, a partir de 2011, mostram que, apesar dos avanços na área de segurança pública para o enfrentamento efetivo da violência, a falta da assunção séria de um compromisso estatal que vise à continuidade das políticas de segurança pública, bem como a não implementação de uma efetiva reforma das instituições de segurança pública pode vir a provocar regressão em todos os esforços até então efetivados. Nesse sentido, muitos indivíduos que se envolveram diretamente na implementação dos programas e políticas previstos pelo PRONASCI acabam desiludidos pelos avanços e retrocessos que se mostram um problema acima de tudo cultural no País.

ABSTRACT: This paper is divided in two main axes and is a result of a master's thesis. The first part presents the brazilian program of security public policies - *Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI)*, contextualizing policies that were implemented in two cities in the state of Rio Grande do Sul/Brazil. Therefore, we present the design and perceptions of young people in two areas called "territories of peace". In the second part, we

Artigo

Recebido: 27/05/2013

Aprovado: 30/06/2013

Keywords: Public Safety; Public Policy; Youth; PRONASCI; RS na PAZ;

aim to introduce a program that is being proposed in the state of Rio Grande do Sul - RS na Paz - to replace the end of financial resources from the federal government in relation to PRONASCI, questioning the discontinuity of actions in the area of public safety in our country.

Referências

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. A Municipalização da Segurança Pública: Bases Teóricas e Experiências de Implementação no RS. BPA/PUCRS. Projeto aprovado pelo CNPq. Abril de 2006.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; FÁTIMA E SILVA, Maria do Rosário. Política de Segurança no Brasil: avanços, limites e desafios. Revista Katálises. Florianópolis, v.14, n. 1, jan/jun 2011, p. 59-67.

CHIES-SANTOS, Mariana. Segurança Pública para que(m)? Uma análise da implementação do PRONASCI em duas cidades gaúchas. PPGCCRIM/PUCRS: Porto Alegre, 2013.

COSTA, Ivone Freire. Polícia e Sociedade – Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social. Salvador: EDUFBA, 2005.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública, ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

IGLESIAS, Carlos Basombrío. Que Hemos Hecho? Reflexiones sobre respuestas y políticas públicas frente al incremento de la violencia delincuencial em América Latina. Programa Latinoamericano del Woodrow Wilson Center. Trabajo en progreso, 2010.